

## **POLÍTICAS CULTURAIS PARA O LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS NO MARANHÃO: UM BALANÇO CRÍTICO**

Carlos Wellington Soares Martins<sup>1</sup>

Michele Silva Pinto<sup>2</sup>

Thais dos Santos Rodrigues<sup>3</sup>

**RESUMO:** Objetiva delimitar à luz da literatura sobre política cultural um quadro da situação política, social e cultural do Estado do Maranhão e suas contradições no que diz respeito à políticas culturais do livro, leitura e bibliotecas, mas especificamente as referentes a letramento e acesso a bens culturais. Realiza uma breve análise das políticas públicas de incentivo a leitura, com foco em programas como Livro Aberto, Arca das Letras, Pontos de Leitura e Proler no Estado do Maranhão e quais as implicações no redimensionamento das práticas sociais decorrentes da implantação dos programas, sejam eles ligados a um plano de governo ou oriundos de uma organização da sociedade civil. Analisa a participação dos agentes culturais ligados ao livro, leitura e bibliotecas como bibliotecário(a)s, livreiro(a)s, escritor(a)s, agentes de leitura entre outros nas conferências de cultura no âmbito municipal e estadual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política cultural. Leitura. Livro. Bibliotecas

### **1 INTRODUÇÃO**

Tratando-se de um país com dimensões continentais, que apresenta uma diversidade cultural em ampla escala, o Brasil configura-se ainda como uma nação de níveis de desenvolvimento discrepantes em relação aos estados que compõem a Federação. Esse fato é evidenciado pelos indicadores aferidos que atestam as divergências, quando levantados os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da região Nordeste em comparação com outras regiões.

Trazendo a discussão para o estado do Maranhão, o cenário é ainda mais desolador. O estado do Maranhão configura-se como um cenário de contrastes sociais, onde a política partidária sobrepuja os anseios da população, a ponto de tornar-se um ambiente propício para análise de políticas públicas. Recorrentemente, programas e projetos são concebidos tendo como discurso o desenvolvimento, no entanto vários são os indicadores que atestam a ineficácia dessas ações.

---

<sup>1</sup>Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. Bibliotecário – Universidade Federal do Maranhão. E-mail: cawell2000@uol.com.br

<sup>2</sup>Especialista em Gestão Pública. Coordenadora da Biblioteca "Murilo de Sousa Muniz. Bibliotecária do IFMA - Campus São Luís Maracanã.

<sup>3</sup>Bibliotecária / Fotógrafa. Coordenadora da Rede Leitora "Terra das Palmeiras". E-mail: thaisbiblio@hotmail.com

Em questões comparativas, com relação a investimentos, melhoria na educação, saúde, infraestrutura ou mesmo otimização em relação às políticas públicas, o Maranhão, como já referenciado, figura como um dos estados mais pobres do Brasil. Outro dado preocupante aponta, ainda, que o Maranhão obteve o quarto pior resultado do país, com 19,1% de pessoas acima de 15 anos não sabem ler nem escrever. Segundo o IBGE, 31,7% de pessoas com mais de 15 anos são analfabetas funcionais. É o quarto pior índice do país. Os três estados com mais analfabetos funcionais são: Piauí (37,5%), Alagoas (36,5) e Paraíba (33,4%) (IBGE, 2010).

Este artigo tem-se a pretensão de analisar as políticas culturais efetivadas nos últimos anos no estado do Maranhão com enfoque naquelas direcionadas as políticas do livro, leitura e bibliotecas, para isso realizou-se um diagnóstico da realidade leitora do estado através de programas e projetos voltados para esse segmento sejam eles ligados a um plano de governo ou oriundos de uma organização da sociedade civil, além de analisar a participação dos agentes culturais ligados ao livro, leitura e bibliotecas como bibliotecário(a)s, livreiro(a)s, escritor(a)s, agentes de leitura entre outros nas conferências de cultura no âmbito municipal e estadual.

## **2 POLÍTICA CULTURAL PARA O LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS**

As dificuldades de se conceituar cultura, inclusive entre aqueles que pertencem à categoria dos intelectuais, condicionam a definição do seu centro. Em se tratando de bens culturais, a situação torna-se mais complicada, pois o acesso é praticamente inexistente para quem está distante dos grandes centros urbanos. Em se tratando de políticas públicas de cultura ou políticas culturais a sua análise torna-se ainda mais complexa devido à variedade de interpretações sobre a definição de cultura.

Conforme elenca Chauí (1995) a relação entre Estado e cultura tem sido regida por quatro modalidades:

- a) Liberal: cultura ligada às belas artes como privilégio de elites escolarizadas;
- b) Estado autoritário: Estado como produtor da cultura e censor da produção cultural;
- c) Populista: manipulação através da cultura popular entendida como produção cultural do povo;

d) Neoliberal: identifica evento de massa e cultura privatizando as instituições públicas culturais.

Em oposição a essas modalidades, a referida autora, tece uma teoria mais abrangente sobre cultura e contra os modelos vigentes em que o conceito de cultura vai além das belas artes, tomando o seu sentido antropológico gerado através das relações entre os indivíduos (CHAUÍ, 1995; BOTELHO, 2001; BELING, 2005) que iria contra a visão liberal. No tocante a visão autoritária faz-se necessária a diferenciação entre o estadismo cultural e a dimensão pública da cultura. A populista reduz a discussão sobre cultura na polaridade entre o popular e o de elite sendo que a discussão vai muito além desse tipo de classificação. Contra a visão neoliberal deve-se enfatizar a ação cultural no lugar dos padrões fixados e definir o papel do poder público em relação aos serviços culturais (bibliotecas entre outros) e no financiamento das produções culturais (CHAUÍ, 1995).

Entende-se a política cultural, habitualmente, como um programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o intuito de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Esse conjunto de iniciativas articuladas por esses agentes visa promover a produção, distribuição e uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e ordenamento do aparelho burocrático por ela responsável (TEIXEIRA COELHO, 1997).

Canclini (2005) conceitua política cultural como sendo um conjunto de intervenções a cargo do Estado, pelas instituições civis e por grupos organizados tendo como objetivo orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e assim obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social.

A política cultural tem que ser pensada, conforme enfatiza Chauí (1995), como direito social, com ênfase nos seguintes termos: Direitos de acesso e de fruição de bens culturais através de serviços públicos (dentre eles as bibliotecas) com foco no direito à informação; Direito à criação cultural como trabalho da memória individual e social na criação de temporalidades que oportunizem aos sujeitos sociais envolvidos se reconhecerem como sujeitos de sua história; Direito a reconhecer-se como sujeito cultural através da criação de espaços que viabilizem a sociabilidade na geração de produtos culturais; Direito à participação nas decisões políticas sobre cultura através dos meios legais de acompanhamento e deliberação sobre a política cultural nacional.

Na seção a seguir, apresenta-se um plano de vital importância para as políticas públicas de cultura para o Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas que é o principal norteador dos programas e projetos executados no país.

## **2.1 Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)**

No ano de 2006, foi elaborado um plano bastante significativo para o acesso e democratização da leitura, o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), em parceria do Ministério da Cultura e Educação, tendo por finalidade estabelecer políticas públicas de leitura e livros, mediante articulação de diversos atores sociais, tais como Estado, universidade, setor privado e demais organizações da sociedade civil. (BRASIL, 2006, p.5).

O PNLL, política implementada no Governo Lula, apresenta diretrizes para uma política pública de livro e leitura no Brasil, principalmente no que se refere às bibliotecas públicas e à formação de mediadores de leitura. Acredita-se que esses são elementos essenciais para um desenvolvimento social e para que os indivíduos exerçam seus direitos sociais.

Assim, para que esse Plano adquira a dimensão pensada, é importante que Governo Federal, governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, assim como organizações da sociedade civil, unam forças, direitos e deveres para assim não seja mais uma política assistemática, fragmentada e pulverizada que acontece neste país, desde o início do Século XIX (BRASIL, 2007).

Para tanto, a organização articuladora do PNLL está dividida em 4 (quatro) eixos norteadores e 20 linhas de ação, como informa a cartilha criada pelo Ministério da Educação e o Ministério da Cultura. Dos programas que integram o PNLL que estão sendo efetivados no estado do Maranhão destacam-se o: Pontos de Leitura, Livro Aberto e o “Arca das Letras” e o PROLER.

### **2.1.1 Proler**

Como outra estratégia de política voltada à leitura, encontra-se o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) foi instituído em 13 de maio de 1992, sob o Decreto Presidencial nº 519 e está vinculada a Fundação Biblioteca Nacional (RODRIGUES, 2008) criado com o intuito de incentivar a leitura numa perspectiva social e política. No estado do Maranhão foi criado o PROLER Regional em 1997 e tem algumas ações

desenvolvidas, entre elas: Caixa Estante, Livro na Praça, Projeto Ciranda de Arte, Quinzena do Livro e Carro Biblioteca.

O funcionamento do PROLER se dá por meio da formação voluntária de Comitês que representam instituições de um ou mais municípios. Os Comitês são representados principalmente por Prefeituras e Universidades, mas também por instituições culturais e organizações não governamentais, formando uma rede nacional de cooperação. É essa rede que dá materialidade às ações do programa (PROLER, 2009).

A estratégia de ação do PROLER dá-se através de oficinas, cursos, seminários, mas apesar de sua atuação completar dez anos, ainda não possui um método de mensuração e avaliação que permita uma rediscussão de seu eixo de ação para que possibilite delimitação de estratégias mais contundentes para mudança no panorama leitor nacional, visto que sua metodologia ainda é muito restritiva, não alcançando a todos e todas, e com um caráter muito sazonal em suas atividades o que acaba por fragilizar suas ações.

#### 2.1.2 Pontos de leitura

Os pontos de leitura situam-se no eixo de democratização do acesso no PNLL, mas especificamente na conquista de novos espaços de leitura. Podem se inscrever para o edital dos pontos pessoas física, jurídica privada, sem fins lucrativos, representantes de iniciativas com atuação no estado com uma proposta voltada para o acesso à leitura através de um determinado valor que deve ser utilizado para aquisição de acervo, equipamento e mobiliário e no auxílio ao desenvolvimento das atividades.

Alguns requisitos são exigidos na composição do acervo, como a quantidade de livros deverá corresponder até 70% do acervo adquirido, contemplar a produção literária regional e/ou estadual e o acervo deve possuir pelo menos 5% de material em formato acessível a pessoas com deficiência. As iniciativas para serem contempladas devem estar inseridas em uma das áreas de atendimento às prioridades da territorialização do Programa Mais Cultura:

O proponente contemplado compromete-se a encaminhar regularmente num período de 12 (doze) meses um relatório contemplando a análise de resultados e impactos socioculturais abordando o número de beneficiários diretos e indiretos, mensuração da satisfação da comunidade e do entorno da ação e a informação da geração de novas oportunidades para as ações e atividades da proposta além de relato da articulação com a comunidade. O acompanhamento fica sob a responsabilidade das secretarias de Estado da

Cultura e pelo Ministério da Cultura através de visitas técnicas, reuniões e avaliações. No quadro abaixo é elencada a ação e o seu respectivo proponente.

Quadro 1 - Pontos de Leitura implantados no Estado do Maranhão

<b>PONTOS DE LEITURA NO ESTADO DO MARANHÃO</b>	
<b>AÇÃO</b>	<b>PROPONENTE</b>
<b>Nós da Comunidade - CUFA</b>	Escola Comunitária José Marques Lima
<b>Sala de Leitura “Visão de Mundo”</b>	Instituto Bem Comum
<b>Biblioteca Dinâmica Mario Meirelles</b>	Sociedade Artística e Cultural Beto Bittencourt
<b>Biblioteca Comunitária Cantinho do Saber</b>	Formação – Centro de apoio a educação básica
<b>Biblioteca na quebrada: livro e leitura para o povo</b>	Associação dos Oradores do Novo Angelim
<b>Projeto Vivenciando Leituras</b>	Hospital da Criança Dr. Odorico Amaral de Mattos
<b>AMBASS – Organizações Associativas ligadas a cultura e a arte</b>	Associação dos Moradores do Bairro de São Sebastião – TIMBIRAS
<b>Biblioteca Comunitária Raio de Sol</b>	Diocese de Balsas
<b>Ponto de Leitura ABC do Zé</b>	José Fernandes de Souza
<b>Projeto Ler pra Valer – leitores em rede</b>	União dos Moradores da Vila dos Frades
<b>Baú da Imaginação: um convite a Leitura</b>	Lígia de Jesus Carvalho
<b>Ponto de Leitura Espaço do Saber</b>	Sociedade de Amigos das Bibliotecas do Maranhão – SAB/MA
<b>Criança Leitora Liberdade</b>	ONG Saci-Pererê
<b>O Prazer da Leitura é um direito de todos</b>	Auriléia Alves Matos
<b>Nasce uma criança Leitora</b>	Joseane Maia Santos Silva
<b>Cantinho de Leitura “Saci-Pererê”</b>	Alci Maria Lima
<b>Projeto de Leitura “Eu canto, tu contas”</b>	Heridan de Jesus G.P. Ferreira
<b>Brincando com a Arca</b>	Tatiane da Silva Cruz
<b>Projeto Leitura “Didi Barroso e Tia Juca”</b>	Instituto Simplício Oliveira (ISO)
<b>Biblioteca Comunitária Professora Maria de Jesus</b>	Maria Lilia Silva Diniz

Fonte: Adaptado pelos autores

### 2.1.3 Livro Aberto

O Programa “Livro Aberto” tem por objetivos e linhas de atuação estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas e propiciar a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário. O processo de implementação do Programa “Livro Aberto” no Estado do Maranhão está sendo coordenado pela Biblioteca Pública “Benedito Leite” - BPBL, órgão da Secretaria de Estado da Cultura – SECMA, o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas - SEBP, através da Direção Geral e do Serviço de Informação e Municipalização-SIM.

De acordo com levantamento feito por Pinto (2009) apesar de criado em 2002, o Programa “Livro Aberto” só iniciou seu processo de implementação no Maranhão a partir de 2005, sendo 25 bibliotecas implantadas e uma modernizada neste mesmo ano, faltando 40 unidades serem instaladas.

### 2.1.4 Arca das Letras

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) elaborou o Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” em 2003 com o objetivo de facilitar o acesso ao livro e incentivar a leitura no meio rural brasileiro através da instalação de bibliotecas e da formação de agentes de leitura. Contabiliza-se mais de 7.049 arcas e a formação de 15 mil agentes de leitura, além da circulação de mais de 2 milhões de livros nas casas de 800 mil famílias de comunidades rurais. O MDA reforça a necessidade da participação das comunidades nas etapas de planejamento, desenvolvimento e gestão das arcas das letras (SOUSA; CARNEIRO, 2010).

O Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” já implantou no Estado do Maranhão em aproximadamente 421 comunidades nos territórios da Baixada Ocidental, Cocais, Vale do Itapecuru, Baixo Parnaíba, Campos e Lagos, Lençóis Maranhenses, Médio Mearim, Alto Turu e Gurupi as arcas atendendo 38.713 famílias com características diversas compreendidas em: Agricultura familiar, Projeto de Assentamento (INCRA), remanescente de quilombos, indígenas, Escola Família Agrícola, assentamento estadual, colônia de pescadores, Projeto de Crédito Fundiário e Casa Família Rural.

#### 2.1.5 Redes Leitoras “Ler pra Valer” e “Terra das Palmeiras”

Um movimento que tem crescido bastante no Maranhão, com predominância em São Luís, é a criação de bibliotecas comunitárias, como expoente desse movimento encontram-se as redes leitoras “Ler pra Valer” que atua em comunidades periféricas da capital do Estado bem como a “Terra das Palmeiras” que tem cinco bibliotecas implantadas em quatro bairros populosos de São Luís.

Ambas contaram, ou contam com o apoio do Instituto C&A que colabora com a capacitação, acervo e pagamento de bolsas para os integrantes do projeto. Esses espaços de cultura, informação e lazer têm por objetivo formar leitores através do livro literário de qualidade. Oportunizando experiências de leitura e formando leitores capazes de se relacionarem com os bens culturais de forma competente e/ou crítica. A promoção e a mudança da realidade vivenciada pelas comunidades é a grande missão desse conjunto de bibliotecas comunitárias, que ao todo são 13 bibliotecas.

Existem também casos isolados de bibliotecas comunitárias ou projetos de leitura que começam por iniciativa dos próprios moradores como é o caso da Biblioteca do Anil, um dos bairros mais antigos de São Luís. Essas iniciativas contam com um apoio, ainda muito tímido, da Biblioteca Pública Municipal José Sarney e da Biblioteca Pública Benedito Leite.

Pode-se constatar que as realidades dos programas e políticas efetivados no estado passam pelos mesmos problemas de ordem conjuntural, desde a sua elaboração no que diz respeito ao fator operacional, e implantação dos programas.

Democratizar o acesso à leitura e ao livro não é somente uma questão de criação de projetos e programas; é antes de qualquer coisa, uma atitude política. Atitude que se traduz em políticas públicas de acesso ao livro, a leitura, ao livro e a criação, ampliação e modernização de bibliotecas públicas e escolares. Trata-se de uma atitude política que deve compreender também distintos aspectos constitutivos de ações integrais para o desenvolvimento da leitura, que incluem desde iniciativas de reafirmação de seu valor como instrumento fundamental para o desenvolvimento social e econômico até as diversas propostas com um repertório amplo de ações concretas que gerem bons resultados possível de serem postos em prática (RODRIGUES, 2008, p.17).

O desafio que se faz presente para as políticas sociais de leitura é associar tais estratégias à inclusão dos segmentos sociais marginalizados e ao respeito à diversidade cultural, que podem ser adquiridos por meio de uma política bem planejada e executada tendo nos usuários os principais parceiros nessa construção de uma nova realidade social.

### **3 POLÍTICA CULTURAL PARA O LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS NO MARANHÃO**

Como expoente em pesquisas referentes às políticas culturais no Maranhão destacam-se os estudos de Ferreira (2006; 2007; 2008; 2010; 2011) onde se apresenta uma visão orgânica sobre a relação entre Estado e políticas culturais de incentivo à leitura com reflexões decorrentes da pesquisa: “Informação e desigualdade social: desafios para pensar o Estado democrático a partir das bibliotecas públicas e da ação dos bibliotecários maranhenses”. A pesquisa também subsidiou trabalhos monográficos como os de Borges (2008) e de Pinto (2009)

Ao refletir a ação dos governos maranhenses que pensaram políticas culturais nos últimos 30 anos é evidente que durante a gestão de João Castelo (1978), Luiz Rocha, (1982) Cafeteira (1986), João Alberto (1989) Edson Lobão (1993) Roseana Sarney (1994-2002) e José Reinaldo (2002-2006) foram desenvolvidas políticas com foco na cultura e para as bibliotecas, porém é evidente que a descontinuidade dessas políticas se reflete na gestão dos órgãos fomentadores de cultura (FERREIRA, 2011).

A participação democrática é compreendida por Bobbio (2004) como eficiente, direta e livre, não sendo dessa forma não se configura como participação popular e um dos grandes motivos que favorecem essa postura é a apatia política provindo da despolitização das



massas dominada pelos aparelhos partidários. Ainda sobre essa linha de pensamento Santos (1987) postula que um Estado em que existe igualdade de participação política não é tanto o Estado com que os grupos participam de atividades políticas formais, mas sim o Estado onde é dada as mesmas oportunidades e direitos de organização.

Com o tema: “Uma política de Estado para a cultura: desafios do Sistema Municipal de Cultura” no período de 07 a 09 de agosto de 2013 ocorreu na cidade de São Luís a 4ª Conferência Municipal de Cultura (CMC) realizada pela Fundação Municipal de Cultura (FUNC) em conjunto com representantes eleitos de todos os segmentos culturais da sociedade civil com vistas a elaboração e implementação do Plano Municipal de Cultura com vigência no decênio 2013-2023.

Durante a conferência foram instalados fóruns específicos para eleição dos representantes do Conselho Municipal de Cultura. O segmento livro, leitura, literatura e bibliotecas reuniu-se antes da conferência para indicação de possíveis nomes a compor o Conselho além de elencar propostas para compor o PMC, para tanto reuniu-se bibliotecário(a)s, escritor(a)s, livreiro(a)s e agentes de leitura como forma de discutir e diagnosticar a realidade leitora ludovicense identificando as problemáticas existentes e apresentando propostas.

A participação do segmento contou com uma presença relevante de mais de 40 representantes, todos identificados com uma camisa com o slogan “Biblioteca também é Cultura” como forma de chamar atenção do poder público e dos outros segmentos culturais que as políticas do livro, leitura e bibliotecas integram, também, uma política pública de cultura. Dessa forma o segmento conseguiu eleger uma representante (agente de leitura) e um suplente (livreiro) como membros fixos do CMC para garantir as discussões de interesse do grupo. Abaixo são apontadas algumas diretrizes norteadoras contidas no Plano Municipal de Cultura:

- a) As atividades do segmento Livro, Leitura e Biblioteca são desenvolvidas através do engajamento da Biblioteca Pública Municipal José Sarney, Universidade Federal do Maranhão, Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB 13ª Região), Bibliotecas Comunitárias- Rede Leitora “Ler pra Valer” e Rede Leitora “Terra das Palmeiras”, Associação dos Livreiros do Maranhão (ALEM), SEMED, SEDUC/SUBE, SESC e Academia Maranhense de Letras (AML). Essas atividades movimentam o calendário ativo do segmento e são desenvolvidas em momentos e espaços

- pontuais, destaca-se a “Feira do Livro” (evento realizado anualmente pela prefeitura de São Luís), e datas comemorativas ligadas ao segmento.
- b) O segmento possui um Fórum Permanente- Fórum Permanente do Livro, Leitura e Bibliotecas, instalado em 2001, favorecendo momentos coletivos para discussão das problemáticas do grupo. Durante o processo de construção do Plano Municipal de Cultura/PMC-São Luís, a existência do Fórum contribuiu para que o segmento apresentasse, de forma sistematizada, as fragilidades, potencialidades e indicassem ações importantes de colaboração do Plano de Cultura para o segmento. As fragilidades foram apontadas a partir de eixos estratégicos alinhados ao Plano Nacional de Livro e Leitura.
- c) No eixo *Democratização do Acesso*, o segmento aponta a necessidade da criação de novas bibliotecas públicas, escolares e comunitárias, criação de espaços de leitura e promoção de eventos literários descentralizados. Quanto ao eixo *Fomento à Leitura e Formação de Mediadores*, indica-se a criação de programas de formação permanentes de mediadores de leitura, fortalecimento as ações do PROLER, criação de concursos, eventos e ações de incentivo à leitura, além de um diagnóstico plurianual da situação de leitura no município.
- d) No eixo *Valorização Institucional da Leitura e de seu Valor Simbólico*, o segmento aponta a necessidade da criação do Plano Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca, realização anual do seminário Livro, Leitura e Bibliotecas e campanhas de promoção de incentivo à leitura.
- e) No eixo *Fomento à Cadeia Criativa e à Cadeia Produtiva do Livro*, o segmento indica a realização de festivais de literatura, lançamento e premiação de obras maranhenses, incentivo à abertura de novas livrarias e apoio às existentes e incentivos a publicações de autores locais. Essas indicações são resultantes também de pesquisas realizadas pelo grupo que coordena a Biblioteca Pública Municipal José Sarney, as Bibliotecas Comunitárias da Rede Leitora e a Universidade Federal do Maranhão. O processo de pesquisa contou com a aplicação de questionários, visitas em escolas, onde num universo de 95 escolas comunitárias pesquisadas 53,7% não possui bibliotecas; 22,1% possuem e 24,2% não foram identificadas (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2013).

Por fim, a maior fragilidade do segmento, é a não implementação do Sistema Municipal de Bibliotecas, pois este possibilitaria uma atenção e um direcionamento orçamental mais eficaz para o segmento.

Na Conferência Estadual de Cultura, em sua terceira edição, com tema semelhante ao da municipal: “Uma política de Estado para a cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura” nos dias 11 e 12 de setembro com participação maciça de mais de 600 representantes da área cultura do estado do Maranhão. O segmento foi representado por bibliotecário(a)s dos aparelhos culturais da Secretaria Estadual de Cultura (SECMA) como a Biblioteca Pública Benedito Leite, Casa de Cultura Josué Montello, Arquivo Público do Estado, Museu Histórico e Artístico do Maranhão, além da Academia Maranhense de Letras e Associação de Livreiros do Maranhão.

Ao contrário da conferência municipal as propostas para o segmento não ficaram de forma específica no Plano Estadual, mas ficaram pulverizadas nos eixos de atuação propostos pelo Sistema nacional de Cultura:

- a) Implementação do Sistema Nacional de Cultura;
- b) Produção simbólica e diversidade cultural;
- c) Cidadania e direitos culturais;
- d) Cultura e desenvolvimento;

Anterior a Conferência Estadual foram organizadas 132 Conferências Municipais de Cultura, o que referendou a participação de representantes de 130 municípios na Conferência Estadual. As propostas foram levadas à Conferência Nacional de Cultura, que ocorreu no período de 24 a 26 de novembro, em Brasília, por 50 delegados estaduais, de diferentes regiões do Maranhão, eleitos para representarem o Maranhão.

Barbalho (2010) antevê que os conselhos de cultura só conseguirão promover a democracia cultural se combater as tradições arraigadas presentes na cultura política e da política cultural executada no país e impor-se como um espaço privilegiado político na disputa pelo poder.

## **7 CONCLUSÃO**

Apesar de ter uma fundamentação contundente de ação, as políticas de incentivo à leitura ainda encontram-se incipientes no alcance de seus objetivos. A falta de otimização dos espaços criados para favorecer o acesso e democratização do livro e a leitura reafirmam a falta de diálogo entre órgãos mantenedores e sujeitos sociais envolvidos no processo.

Percebeu-se um total descaso para com os bens culturais, enfaticamente no Maranhão, pois a inexistência ou ineficácia numa estruturação de uma política cultural acaba por não permitir uma integração entre as ações do Estado com a sociedade civil. Nessa direção esbarra em programas assistencialistas, muitas vezes desconhecidos da grande maioria da população, que precisa passar por uma análise e uma possível intervenção para que alcance um resultado positivo para atingir os seus objetivos em prol da construção de uma visão crítica do mundo, permitindo a participação cidadã no planejamento de políticas públicas.

Outra conclusão a que se chegou foi que a relação entre Estado e políticas públicas de leitura ainda encontra-se fragilizada, haja vista os índices que apontam que o número de leitores ainda é considerado baixo, muito inferior ao de outros países desenvolvidos. O momento, então, configura-se como importante para a discussão acerca das práticas existentes e da possível redefinição de estratégias a serem adotadas para que cumpram realmente os seus objetivos e oportunizem formas de apropriação da leitura.

Constatou-se que o segmento livro, leitura, literatura e bibliotecas e seus representantes: editores, bibliotecários, professores, escritores, necessitam de uma articulação mais consistente e que passem a ocupar mais espaços de decisões políticas. E isso envolve conselhos de educação, cultura, formação de grupos de trabalho para formulação de diretrizes para planos municipais, estaduais e federal de cultura e educação. O sentido é apropriar-se da discussão, levando questões e problemáticas regionais e locais com vistas a garantir uma política integrada e que respeite a diversidade cultural existente no país.

A pesquisa permitiu asseverar que a mudança do caráter meramente distributivo das políticas públicas de leitura deve ser revisto, pois constata-se que muitas perdem a força devido ao não acompanhamento e avaliação das políticas como forma de redefinição de estratégias de atuação. As constantes mudanças partidárias e a não preocupação com a continuidade de algumas políticas acabam por relegar os programas de incentivo a leitura a segundo plano.

Assim, ao olhar para o Maranhão viu-se que as iniciativas para a mudança desse cenário ainda são tímidas não encontrando ressonância na sociedade e que há a necessidade da construção de um plano estadual voltado ao segmento livro, leitura, literatura e bibliotecas pois é vital para o bom funcionamento dessas políticas. Percebeu-se que muitos estados contam com seus planos construídos ou em processo de construção como é o caso do Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro. Obviamente que houve constatação de que apenas a consolidação de um plano não é suficiente para a garantia da efetivação de políticas

públicas, no entanto, funcionam como forma de controle social, descentralização e por oportunizar a participação de representantes do segmento e da sociedade civil.

Na pesquisa ficou evidente que alguns programas apresentados, como o Livro Aberto, Pontos de leitura são focos constantes de discussões acadêmicas que apontam algumas falhas na operacionalização da ação, Fato esse que contribui para o insucesso da iniciativa, que não é o caso da extinção desses programas mas de discussão acerca de seus objetivos e da forma como está sendo conduzido. Percebeu-se nitidamente, que no processo de descentralização (quando a gestão é compartilhada entre poder local e sociedade civil) ainda é presente a indecisão acerca dos papéis a serem executados por cada sujeito social envolvido no processo.

Nessa direção à falta de articulação entre governo federal, estados e municípios, juntamente com a sociedade civil acabam por dificultar na elaboração e execução de políticas públicas de incentivo à leitura, seja por questões ideológicas, partidárias ou por ineficiência no planejamento de ações, pois ainda são muito grandes os contrastes nas regiões evidenciadas em pesquisas que atestam sua ineficácia ao tentar diminuir o número de analfabetos no país e na democratização aos bens culturais, por meio das políticas.

## REFERÊNCIAS

BARBALHO, Alexandre. Conselhos de cultura: desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (Orgs.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010. (Coleção Cult)

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BELING, Jussara Janning Xavier. Políticas culturais. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n.6-7, p. 79-96, 2004 /2005.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BORGES, Luís Cláudio. **Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Maranhão frente as política públicas de cultura**. 2008. 84f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.2, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Brasília, DF: MINC,

2006.

CANCLINI, Nestor. Definiciones em transición. In: MATO, D, (Org.). **Cultura, política y sociedad**. Buenos Aires: Perspectivas latinoamericanas / CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales) 2005.

CHAUI, Marilena et al. **Política cultural**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. (Tempo de pensar; 1).

COELHO, José Francisco Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginação**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

DAGNINO, E. (Org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais; e as bibliotecas públicas para onde vão? **Pesquisa Brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.2 , n.1, 2006.

FERREIRA, Maria Mary. **Informação e Desigualdade Social: desafios para pensar o Estado democrático a partir das bibliotecas públicas maranhenses**. 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/272/1/Informacao-Desigualdade-Ferreira.pdf>>. Acesso: 28 out. 2010.

FERREIRA, Maria Mary. Espaços de informação e de leitura: qual o papel do Estado na construção de espaços mediadores de conhecimentos. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Ciência da Informação e Biblioteconomia, n.9, **Anais...**, São Paulo: ANCIB, set./out., 2008. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/2072.pdf>> . Acesso em 20 out. 2012.

FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de bibliotecas: um balanço crítico sobre a implementação do programa Livro Aberto no Maranhão. **Extraprensa**, São Paulo, v.1, n.1, p.702-720, nov. 2010. (Edição especial: 4 / III Simpósio Internacional de Comunicação e Cultura na América Latina).

FERREIRA, Maria Mary. Direitos culturais e políticas públicas: elementos para pensar as bibliotecas públicas e a cidadania cultural. mimeo

IBGE. Censo 2010 / Maranhão. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas\\_pdf/total\\_populacao\\_maranhao.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_maranhao.pdf)>. Acesso em: 11 jun.2011.

PINTO, Michelle Silva. **O Programa Livro Aberto no Estado do Maranhão: resultado de uma avaliação**. 186f. Monografia (Graduação) – Curso de Biblioteconomia – Universidade Federal do Maranhão, 2009.

PORTAL ARCA DAS LETRAS. Disponível em: <[http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/arcadasletras/one-community?page\\_num=0](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/arcadasletras/one-community?page_num=0)>. Acesso em: 20 abr. 2011.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. Fundação Municipal de Cultura. **Plano Municipal de Cultura:** decênio 2013-2023. São Luís: FUNC, 2013.

RODRIGUES, Edmilson Moreira. **Fome de programas de leitura:** o PROLER e a dimensão político-ideológica da leitura. 2008. 125f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

SOARES, Cleide Cristina; CARNEIRO, Maria Elisabeth Ribeiro. Bibliotecas rurais para inclusão social no Brasil. **Informação e sociedade**, Brasília, DF, v.3, n.2, p.15-25, jan./jun., 2010.

TEIXEIRA COELHO NETO, José. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.